



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

CMDCA - IBIPORÃ

**PROCESSO PARA ESCOLHA DOS MEMBROS DO
CONSELHO TUTELAR - GESTÃO 2020/2024 - EDITAL Nº 001/2019
DATA DA PROVA: 30/06/2019 - MANHÃ**

FUNÇÃO: CONSELHEIRO TUTELAR (NÍVEL MÉDIO)

Conhecimentos Específicos (ECA): 01 a 30.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 3 (três) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta e o caderno de provas deverão ser devolvidos ao fiscal da prova.
13	Depois de entregue o cartão-resposta, não será permitido ao candidato utilizar os sanitários do local de prova.
14	Ao final do tempo destinado à realização da prova, em cada sala será obrigatória a saída simultânea dos 03 (três) últimos candidatos, os quais deverão entregar seus cartões-resposta e o caderno de provas e assinar a ata de encerramento de aplicação da prova.

Identificação do candidato

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

QUESTÕES 01 A 30 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01. Sobre os direitos das crianças e adolescentes, responda a alternativa CORRETA:

- a) A família, a comunidade, a sociedade em geral e o poder público são corresponsáveis em assegurar e efetivar os direitos das crianças e adolescentes.
- b) A alimentação é um direito fundamental de toda criança e adolescente, deve ser assegurado e efetivado exclusivamente pela família ou responsáveis legais.
- c) O direito à educação, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, passou a ser um dever do Estado por meio do acesso à escolarização, desresponsabilizando o papel da família em sua efetivação.
- d) O único dever da comunidade no que diz respeito aos direitos das crianças e adolescentes é à convivência comunitária.

02. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecem que crianças e adolescentes possuem absoluta prioridade, compreendida na forma de:

- a) Critérios de idade e risco social para o atendimento em serviços públicos de saúde.
- b) Atendimento imediato pelas políticas públicas à criança de até 12 (doze) anos incompletos em situação de violação de direitos.
- c) Primazia em receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

03. O direito à vida se inicia no útero da mãe, portanto o ECA estabelece direitos em forma de proteção à mãe e seu bebê durante a gestação. Julgue a alternativa INCORRETA:

- a) O Estado deverá efetivar políticas públicas que permitam o nascimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
- b) É dever do conselho tutelar realizar a busca ativa da gestante que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal, e caso ocorra insistência ao abandono, deverá aplicar as medidas cabíveis.
- c) A gestante e a parturiente têm direito a um acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato.
- d) A gestante, a parturiente e a puérpera têm direito a acompanhamento saudável e atenção humanizada durante toda a gestação, trabalho de parto e pós-parto.

04. Sobre o atendimento à saúde de crianças e adolescentes com deficiência, julgue a alternativa CORRETA:

- a) Toda criança e adolescente com deficiência deverá ter suas necessidades de saúde atendidas de forma gratuita pelo sistema único de saúde, sem qualquer tipo de discriminação ou segregação.
- b) Àqueles que necessitarem de órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, para o acesso gratuito, deverão comprovar extrema carência financeira.
- c) Caso julgue desnecessário, mesmo em situações graves, os pais poderão deixar de realizar o tratamento de habilitação e reabilitação do filho com menos de 18 (dezoito) anos e mantê-lo em casa.
- d) A permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável nos casos de internação hospitalar, será garantida às crianças com 12 (doze) anos incompletos, aos adolescentes de 12 (doze) anos completos aos 18 (dezoito) anos fica garantido o período de permanência em horário de visita.

05. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança e adolescente serão obrigatoriamente comunicados:

- a) A autoridade policial mais próxima.
- b) Ao centro de referência de assistência social.
- c) Ao conselho tutelar da respectiva localidade.
- d) Ao instituto médico legal.

06. A máxima prioridade para o atendimento em serviços da rede de saúde, assistência social e garantia dos direitos da criança e do adolescente, deverá ser garantida em situações:

- a) Que envolva criança na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza.
- b) De extrema vulnerabilidade social e econômica.
- c) De adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.
- d) De crianças e adolescentes com deficiência grave.

07. Às pessoas que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, estão sujeitos a medidas previstas em Lei e aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais. Assinale a alternativa que NÃO configura uma das medidas previstas:

- a) Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família.
- b) Multa.
- c) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- d) Advertência.

08. Sobre o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, julgue a alternativa CORRETA:

- a) Os bebês de mães adolescentes em acolhimento institucional, ao nascer, serão separados e poderão ser encaminhados à adoção sem medida prévia.
- b) Serão cadastrados para a adoção, os recém-nascidos e crianças acolhidas não procuradas por suas famílias no prazo de 30 (trinta) dias, contando a partir do dia do acolhimento.
- c) No máximo, a cada 06 (seis) meses, toda criança e adolescente inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada.
- d) O conselho tutelar deverá autorizar visitas periódicas de crianças e adolescentes aos seus pais que estejam em situação de privação de liberdade.

09. Considerando os direitos e responsabilidades dos pais estabelecido pelo ECA, julgue a alternativa CORRETA:

- a) A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, deverá ser encaminhada ao conselho tutelar podendo ser advertida.
- b) Os pais ou responsáveis possuem o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas aos filhos, desde que, os direitos das crianças e adolescentes sejam assegurados.
- c) A carência de recursos materiais é motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar, nestas situações os pais poderão ser responsabilizados criminalmente.
- d) A mãe é a principal responsável pelo filho, portanto a responsabilidade de educá-lo e participar das atividades propostas pela escola é integralmente sua.

10. Sobre o direito à educação, algumas situações devem ser comunicadas pelo dirigente do estabelecimento de ensino ao conselho tutelar, EXCETO:

- a) Quando houver reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
- b) Elevados níveis de repetência.
- c) Maus-tratos envolvendo os alunos.
- d) Quando os pais ou responsáveis não participarem de atividades propostas pelo estabelecimento de ensino.

11. Aos adolescentes fica permitido pelo ECA:

- a) A comercialização de bebidas alcóolicas a partir de 16 (dezesesseis) anos completos.
- b) O uso de armas, munições e explosivos.

- c) A hospedagem em hotel, desde que autorizada ou acompanhado pelos pais ou responsável.
- d) O uso de substâncias psicoativas.

12. Assinale a alternativa que indica a idade mínima para viajar fora da comarca de residência, desde que em território nacional, sem a necessidade de estar acompanhado dos pais ou responsável e de autorização judicial:

- a) Dezesesseis anos completos.
- b) Dezesete anos completos.
- c) Quatorze anos completos.
- d) Quinze anos completos.

13. Dentre as medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis, assinale a que NÃO é atribuição do conselho tutelar:

- a) Encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família.
- b) Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar.
- c) Encaminhamento a cursos ou programas de orientação.
- d) Perda da guarda.

14. Assinale a alternativa que condiz com uma atribuição do conselho tutelar:

- a) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- b) Suprir a capacidade ou o consentimento para o casamento.
- c) Autorização de emancipação aos maiores de quatorze anos de idade.
- d) Concessão de adoção à brasileira.

15. As entidades governamentais e não-governamentais que executam programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, deverão ser fiscalizadas por três órgãos, sendo:

- a) Conselho Tutelar, Ministério Público e Defensoria Pública do Estado.
- b) Judiciário, Ministério Público e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
- c) Conselho Tutelar, Defensoria Pública do Estado e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
- d) Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar.

16. Sobre a adoção de criança e adolescente, julgue a alternativa INCORRETA:

- a) A adoção atribui a condição de filho ao adotado.
b) Independente da idade, não será necessário o consentimento do adotando.
c) Em processos de adoção, quando o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica, terá prioridade de tramitação.
d) O adotado tem o direito de conhecer sua origem biológica.

17. As medidas específicas de proteção devem atender prioritariamente aos interesses:

- a) Da família.
b) Do estado.
c) Da criança e do adolescente.
d) Da sociedade.

18. Julgue a alternativa que NÃO está em conformidade com o ECA ao aplicar medidas específicas de proteção à criança e ao adolescente:

- a) Preferencialmente, visar o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
b) Intervir precocemente, logo que a situação perigo seja conhecida.
c) Informar aos pais ou responsável os motivos que determinaram a intervenção deferida e da forma como se processa, já a criança e o adolescente não precisam ser informados sobre seus direitos e as medidas aplicadas.
d) Compreender que o acolhimento institucional é uma medida provisória e excepcional.

19. Sobre o ato infracional e as medidas socioeducativas, julgue a alternativa CORRETA:

- a) Entre as medidas aplicáveis estão: advertência, obrigação de reparar o dano e prestação de serviço à comunidade.
b) Crimes hediondos que envolvam adolescentes com dezesseis anos completos serão julgados pelo código civil penal.
c) As medidas socioeducativas serão aplicadas à criança e ao adolescente que cometa ato infracional.
d) A idade deve ser considerada na data do julgamento.

20. O conselho tutelar é o órgão:

- a) Que substituirá o Ministério Público quando necessário.
b) Encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
c) Responsável por julgar crimes cometidos contra crianças e adolescentes.
d) Que determinará a destituição do poder familiar.

21. O ECA estabelece que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, isso significa:

- a) Que os atos cometidos na infância e adolescência são equiparados aos da vida adulta.
b) Que devem ser respeitados enquanto sujeitos de direitos.
c) Que deve se tratar uma criança da mesma forma que um adulto.
d) Que castigos físicos, desde que não deixem marcas, são permitidos na educação de crianças.

22. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de:

- a) Cinco anos.
b) Dez anos.
c) Dezoito anos.
d) Vinte e um anos.

23. O ECA assegura o acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do sistema único de saúde, observando o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. Julgue a alternativa que NÃO condiz com o princípio de equidade:

- a) Diz respeito ao acesso prioritário aos serviços de saúde considerando exclusivamente a idade.
b) Ofertar atendimento a crianças e adolescentes de acordo com suas necessidades, oferecendo mais a quem mais precisa e menos a quem requer menos cuidados.
c) Tem relação direta com os conceitos de igualdade e de justiça.
d) Reconhece as diferenças nas condições de vida e saúde e nas necessidades das crianças e adolescentes.

24. Por meio da Lei nº 13.257 de 2016 – Lei da Primeira Infância, o ECA passou por muitas atualizações, priorizando os primeiros anos de vida do desenvolvimento infantil. A primeira infância é compreendida:

- a) Pelo período que abrange os primeiros 4 (quatro) anos completos ou 48 (quarenta e oito) meses de vida da criança.
b) Pelo período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.
c) Pelo período que abrange os primeiros 3 (três) anos completos ou 36 (trinta e seis) meses de vida da criança.

d) Pelo período que abrange os primeiros 5 (cinco) anos completos ou 60 (sessenta) meses de vida da criança.

25. Sobre o reconhecimento do estado de filiação, é CORRETO:

- a) É um direito personalíssimo, indisponível e imprescritível.
- b) Só poderá ser reconhecida após o nascimento da criança.
- c) O reconhecimento da paternidade é uma escolha do pai.
- d) Os nomes dos pais biológicos, obrigatoriamente, permanecem no registro civil do adotado.

26. O ECA estabelece infrações administrativas aos profissionais que deixarem de comunicar casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes. A pena é aplicada na forma de:

- a) Demissão por justa causa.
- b) Multa.
- c) Advertência verbal.
- d) Suspensão.

27. O ECA aplica-se, excepcionalmente, às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade na seguinte situação:

- a) Quando o adolescente, mesmo após os dezoito anos completos, continuar em acolhimento institucional.
- b) Quando a autoridade judicial compreender a necessidade.
- c) Nos casos onde o ato infracional foi cometido com dezoito anos incompletos, podendo a medida socioeducativa de internação chegar a três anos.
- d) Quando o adolescente tiver algum tipo de deficiência física, intelectual ou cognitiva.

28. É direito do adolescente privado de liberdade:

- a) Entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público.
- b) Receber escolarização e profissionalização.
- c) Realizar atividades culturais, esportivas e de lazer.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

29. O direito à liberdade compreende:

- a) O direito de brincar, praticar esportes e divertir-se.
- b) O direito de ir, vir e estar em logradouros públicos e espaços comunitários, independente de restrições legais.
- c) O direito de opinião e expressão a partir de doze anos completos.
- d) O direito de crença e culto religioso quando acompanhado de um responsável.

30. No caso de uma mulher com filho na faixa etária da primeira infância e que está sob custódia em unidade de privação de liberdade, incumbe ao poder público:

- a) Encaminhar a criança ao acolhimento institucional.
- b) Solicitar a destituição do poder familiar.
- c) Conceder o acolhimento do filho junto à mãe em condições que atenda às normas estabelecidas.
- d) Conceder liberdade assistida à mãe.

GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30